



**Ata da reunião ordinária do plenário do Conselho Municipal de
Políticas Sobre Drogas e Álcool do município de São Paulo - COMUDA.
Dia 02 de fevereiro de 2021, das 14h às 17h.**

OBS: Esta reunião foi realizada em meio ao estado de calamidade pública do Estado de São Paulo, de acordo com o decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, e aconteceu remotamente por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*.

Conselheiros presentes:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Claudia Ruggiero Longhi claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
2	Maria Isabel Meunier Ferraz isabelmeunier@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)
3	Nilson da Silva Rosa nsrosa@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)
4	Décio Perroni Ribeiro Filho dpfilho@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)
5	Bruno Valsani bvalsani@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria do Governo Municipal (SGM)
6	Paulo Ferreira da Silva paulo.ferreira@saopaulo.sp.leg.br	Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher
7	Elizete Aparecida Rossoni Miranda elizete@patriciabezerra.com.br	Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
8	Alcione Moreno alcionem@uol.com.br	Fundação Porta Aberta
9	Maria Angélica Comis angelica@edelei.org	Centro de Convivência é de Lei
10	Felipe Aureliano Martins felipemartins_fsp@usp.br	Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD)
11	Marcos Muniz de Souza mmuniz.souza@gmail.com	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP)
12	Regiane Ferreira regiane@cress-sp.org.br	Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS/SP)
13	Cristiano Ávila Maronna cmaronna@msm.adv.br	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (OAB/SP)
14	Andrea Domânico andreadomânico@gmail.com	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – Representante da sociedade civil

Conselheiros ausentes:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Marcia Helena Matsushita mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Educação (SME)
2	Fernando de Oliveira Pereira fpereira@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME)
3	Ana Cecília Lessa aclessa@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)

4	Rodrigo Ramos Pinto Medeiros rodrigoramos@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SMDET)
5	Soninha Francine soniafrancine@saopaulo.sp.leg.br	Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude
6	Cecília Motta (*justificada) cecimotta@uol.com.br	Associação de Apoio ao Projeto Quixote
7	Michel Willian de Castro Marques michel.c.marques12@gmail.com	Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas
8	Lindilene Toshie Shimabukuro (*justificada) lindilene@gmail.com	Instituto Sedes Sapientiae
9	Tatiana Regina Criscuolo tatianacriscuolo@cremesp.org.br	Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP)
10	Rafael Gomes Mariano rafael.mariano@crfsp.org.br	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF/SP)
11	Andréia Fuchs Botsaris afuchs@crefито.org.br	Conselho Regional de Terapia Ocupacional (CREFITO-3)
12	Vera Lucia Bagnollesi vbagnollesi@sp.gov.br	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – representante do poder público

Início da reunião:

Décio inicia a reunião apontando para algumas mudanças de representação dos grupos no COMUDA, Andrea representa a sociedade civil pelo CONED; já foi encaminhado o ofício e estão aguardando a publicação para oficializar. Andrea se apresenta, diz que pelo CONED é representante do CRP e trabalha há aproximadamente 30 anos com as questões de drogas, trabalha com redução de danos há 27 anos, fundadora do “É de Lei” e já participou do COMUDA no seu início, em 2001. Jorge Arthur fala que ele representa o COMUDA na Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente. Ele conta que "estão patinando bastante" com o regimento interno que vem sendo construído, com muita dificuldade na organização online das reuniões, pouca participação da sociedade civil, principalmente dos serviços (SPVV); terão reunião dia 10, Jorge Arthur vai mandar o plano nacional no grupo. Jorge Arthur ainda informa sobre a reunião do Fórum Regional da Criança e Adolescente da Região Central a respeito das violências na Cracolândia, ele entrou em contato com a secretaria executiva do Fórum para saber se o Ofício andou, se receberam alguma resposta, conta que “tá num banho maria bravo”. Alcione questiona Jorge Arthur sobre os documentos que ele havia ficado de mandar na reunião passada. Décio fala sobre um grupo da UNIFESP coordenado pela Dra. Carmen, desenvolvido a partir de uma emenda parlamentar, o público é de ação formativa para trabalhadores que trabalham com população de rua, relacionado a cuidados em relação à COVID-19, duração de cinco meses. A ideia é que os trabalhadores do tripé que forma a política municipal, assistência, saúde e trabalho, principalmente no Programa Redenção, pudessem participar da formação. Mônica se apresenta, fala que é assessora da SMDHC e que cuida das emendas parlamentares. Esse processo tem 5 vagas disponíveis para as secretarias da saúde, educação e talvez a de direitos humanos, cultura e trabalho, mas que é mais interessante distribuir para os trabalhadores da rede. Isabel tem uma dúvida sobre o curso, ela questiona sobre o convite formal para a SMADS, porque gostaria de mapear e divulgar a formação.

Pautas:

- Ações formativas: Décio retoma a pauta trazida por Jorge Arthur, de uma ação formativa desenvolvido pela parceria da ABRAMD com o Instituto Bixiga, e completa que a partir desse processo pudessem criar dentro do COMUDA um grupo de discussão sobre esses processos formativos, como o trabalho já feito nas escolas pela guarda civil metropolitana com a participação do Nilson. Além disso, criar uma linha de trabalho conceitual. Márcia aponta que todas as formações são bem vindas, ainda mais ações formativas voltados para o público da criança e do adolescente, mesmo porque pelo programa saúde do adolescente o atendimento “deixa muito a desejar”, os atendimentos são voltados mais à criança, é escasso os planos para o público adolescente; é preciso do aval do COMUDA e da SMS. Andrea questiona a vinculação à GCM para execução do trabalho, propondo que o COMUDA possa se organizar autonomamente. Décio pontua que a ideia é criar uma atividade potente de processos formativos com o potencial do que já existe. Nilson conta do trabalho do GEPAD da GCM, com a intenção de integrar aos trabalhos já existentes no conselho, atuando a partir dos eixos de prevenção, saúde, cuidado e atenção, justiça social e participação social, com os tópicos qualidade de vida, conflito (violência). Para professores e educadores, crianças e adolescentes e suas famílias. Trabalham com três equipes: zona leste, sul e oeste. Esta semana ainda enviaram para a SMSU um protocolo de atendimento. Jorge Arthur conta que fez uma reunião com o Instituto Bixiga, com sugestão do dia 27 de março para o encontro formativo. Para a ABRAMD, essa será uma atividade preparatória para o Congresso de Novembro no Recife. E no caso do GT Prevenção, estão se organizando para lançar a nova proposta em novembro, com a mudança do nome “Educação sobre Drogas”. Esteve com Lurdinha, que disse que tem interesse em participar e mandou uma proposta. Querem tratar nesse primeiro encontro sobre a discussão da maconha e do álcool. Cristiano diz que não podem ter preconceitos, mas que acreditava ser “inadequação de profissionais fardados ingressarem em escolas para falar sobre as questões de drogas”, ele fala que parece inadequado colocar quem não tem a função de educar, mas sim, seria mais adequado contratar profissionais da pedagogia para atuar nas escolas. Claudia aponta que não recebeu o link da reunião, por isso havia chegado atrasada e que devem pensar numa maneira eficiente de fazer a divulgação, vista a relevância da formação. Décio pontua que é interessante trazer a discussão com o GEPAD para o grupo, vendo alinhamentos e discordâncias e o COMUDA ir unindo os grupos que existem e possam analisar as propostas desenvolvidas principalmente na área da educação. Márcia fala que quando houve a lei que criou o GEPAD, em 2018, o Nilson veio ao COMUDA e apresentou a proposta e houveram ajustes nas ações, assim, ao longo do tempo são feitos ajustes e, das avaliações feitas nas escolas, principalmente com as famílias, eles gostam e participam muito. Nathan se apresenta, ele é psicólogo e formador de programas de prevenção e está iniciando uma assessoria no setor da Márcia na SME; ele fala da importância de dialogar com os vários atores sobre as questões que ultrapassam o proibicionismo. Maria Angélica pontua que a discussão talvez possa ser distinta, sobre o GEPAD voltado para familiares e crianças e adolescentes no período escolar e a formação proposta pela ABRAMD é para CMDCA e Conselheiros Tutelares, logo, são coisas distintas. Embora o papel do COMUDA, nesse sentido, poderia ser voltado a conhecer e avaliar as formações, propondo como conselho, referendar um curso ou uma formação, pegando elementos de todas essas ações. Pontua a urgência de formação do CMDCA e CTs. Décio fala que é importante eles criarem formas para que os CTs participem. Jorge Arthur pontua

que é importante fazer a diferenciação falada por Maria Angélica e fala que tem apenas uma questão do número de 150 vagas. E pontua que é importante que o COMUDA possa analisar outras propostas e outras formas de intervenção. Pontua a importância da organização interna do COMUDA das comissões e que para chamar os conselheiros tutelares seria importante chamarem além do CMDCA, a Comissão Permanente de Conselheiros Tutelares de São Paulo. Andrea sugere que formem um GT para a discussão de formações, criar um “modelo COMUDA de formação para os conselheiros” e fala sobre as possíveis formas de metodologia de análise dos projetos, sejam elas por protocolos, análise individual de cada projeto, etc. Isabel fala sobre a levar a discussão de formação para o COMAS também e que ele ainda tem uma visão sobre o uso de drogas de “distanciamento”, colocando como questões da saúde. Felipe diz que foi contemplado pelas duas últimas falas e que é importante investigar de forma integrada ao que leva o uso da substância. Nilson fala que vai levar a proposta de trabalho para ser repassada aos outros conselheiros e que grande parte do trabalho está voltada aos professores porque há escassez de profissionais formadores para esses professores, de modo a construir junto com eles; E, reafirma a importância do trabalho com os conselheiros tutelares. Jorge Arthur diz que há uma comissão dentro do CMDCA responsável pelos CTs que é interessante de ser acessada. Nilson se coloca à disposição.

Elizete comunica que não representa mais a câmara e que foi desligada em janeiro, agradece a participação e se coloca à disposição. Ainda, ela recomenda que o COMUDA possa encaminhar o ofício para a presidência da Câmara, pedindo a substituição dos conselheiros, para o COMUDA não ficar sem representação do legislativo. Paulo também se despede do COMUDA, pois não vai mais representar a Comissão de Saúde da Câmara Municipal; E, ainda fala que acredita que ele e Elizete têm que continuar no COMUDA até o período de desligamento deles do COMUDA. Felipe agradece a participação de Elizete e Paulo. Décio aponta para o mesmo entendimento de Paulo, reafirmando que a publicação oficial efetua a entrada e saída dos conselheiros. Elizete aponta que diverge de Décio e Paulo na questão administrativa, pois uma vez que ela não tem mais vínculos com a Câmara ela não pode mais representá-la, aponta também que talvez a situação dela e do Paulo divirjam.

- Regimento interno: Décio aponta que há um representante a mais da sociedade civil no COMUDA. Alcione questiona se Michel deseja fazer mais pontuações sobre a questão da alternância, mas ele não está presente na reunião, então questiona Maria Angélica, mas ela também não responde. Alcione, então, fala que se não há pontuações, para votarem. Jorge Arthur questiona sobre a real questão e diz que o ponto não está claro para ele. Décio fala que um item do regimento interno que a alternância poderia ficar prejudicada, pois esbarra nessa questão da sociedade civil ter um representante a mais. Felipe também pontua que não entendeu a pauta da votação. Cristiano pondera que diferentemente dos representantes do governo, que pertencem a uma mesma estrutura e se espera que esses representantes tenham uma identidade ideológica e com uma visão de mundo, o mesmo não vale para os representantes da sociedade civil, há uma heterogeneidade. Décio fala que a questão do número não é um eixo principal de discussão, mas que houve tempos em que o poder público teve uma influência muito forte dentro do COMUDA e que a alternância poderia fazer com que essa força fosse menor. Felipe questiona se Décio quer fazer uma pauta regimental. Décio responde que sim. Bruno aponta para dificuldade de seguir sobre o quarto capítulo do regimento e propõe que todos entendam o que está sendo discutido, para avançar. Ele aponta

que não está em pauta como as coisas são definidas no COMUDA, mas sim, como vai ocorrer o processo de eleição da secretaria executiva (presidente, vice, secretário). Ele traz a discussão da alternância das cadeiras entre poder público e sociedade civil e suas complexidades, porque existem outros segmentos no Conselho; aponta que no seu entendimento, seria melhor que a votação fosse sem alternância. Ainda, fala que a pontuação do Cristiano tem mais a ver com as tomadas de decisões, que são nas plenárias, a discussão agora seria sobre as eleições. Décio fala da importância de fortalecer a plenária. Cristiano se manifesta sobre a regra que garante a alternância para garantir o espaço como democrático e diz que ela tem que permanecer. Bruno diz que a regra atual não tem detalhamento de como a eleição aconteceria e a possibilidade de alternância tem que ser construída. Décio expõe preocupação de serem deixadas brechas. Aponta que no artigo 7 diz que o presidente é eleito pelos seus pares, de forma que qualquer conselheiro pode pleitear a presidência. Pontua que acredita que a alternância cria mais possibilidades de mandatos do poder público e que ele não acha que cabe dentro do artigo a alternância. Marcos questiona quem é a sociedade civil na conta que o Décio havia feito, porque isso é um ponto importante. Décio disse que foi pesquisar o significado do poder público e se deparou com órgãos públicos sendo aqueles criados por lei e que possuem orçamentos públicos. Alcione sugere que tenha uma descrição de como funcionaria a alternância, de forma que alguém possa ficar encarregado de escrever um texto ou explicitar melhor essa sugestão, assim, podendo dar sequência nessa pauta na próxima reunião de março. Cristiano reitera a proposta de criar a alternância de mandatos e disse que irá olhar o artigo 7 que coloca essa questão. Bruno aponta para a complexidade de escrever sobre esse ponto, porque é necessário cuidado para prever os problemas que apareçam e tentar contorná-los. Felipe coloca que o COMUDA deveria sempre ser presidido pela sociedade civil, visto que o poder público já ocupa todos os outros espaços, inclusive a secretaria. Bruno convida Cristiano para participar do GT e sugere que os conselheiros que forem participar já levem material, para enquanto no grupo já construírem a minuta para levar na reunião de março. Décio corrige que é o artigo 10 e não 7 e reafirma a importância de outras pessoas participarem, como o Cristiano. Marcos informa que recomeçou o trabalho ontem e que durante o dia fica complicado para ele participar do GT. Alcione sugere que Marcos escreva e mande para o GT. GT foi marcado o grupo para dia 10 às 16h, Décio vai mandar comunicado e fala que todos que quiserem participar da discussão são bem vindos. Alcione pontua que não fizeram mais a discussão sobre a Conferência e nem no projeto pensado por Décio e que precisam retomar. Décio sugere que comecem a discussão do relatório da Conferência na reunião seguinte. A reunião se encerra.